



**METODOLOGIAS ALFABETIZADORAS E O ENSINO-
APRENDIZAGEM**

LITERACY METHODOLOGIES AND TEACHING-LEARNING

Aparecida Akemi Akiba

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir se existe um melhor método ou linha de pensamento para alfabetizar crianças, já que ensinar a ler e escrever é um dos maiores desafios encontrados na escola e na vida de educandos e educadores. Busca-se o levantamento, a comparação e o questionamento acerca dos métodos, bem como a reflexão sobre o papel que a escola e as políticas públicas vêm desempenhando a respeito do assunto. E a questão norteadora foi: existe um melhor método? A partir desse pressuposto, foram analisadas algumas linhas de pensamento, a fim de elucidar a ideia de "fórmula mágica", capaz de sozinha alfabetizar com eficácia.

Palavras chave: Alfabetização. Método. Educação. Escola. Professor.

ABSTRACT

This article claims to discuss whether there is a better method or line of thought to teach children to read and write, since teaching how to read and write is one of the biggest challenges encountered at school and in the lives of the students and educators. It seeks to survey, compare and question about the methods, as well as reflecting on the role that the school and public policies have been playing on the subject. And the guiding question was: is there a better method? Based on this assumption, some lines of thought were analyzed in order to elucidate the idea of "magic formula", capable of effectively literacy alone

Keywords: Literacy. Method. Education. School. Teacher.

INTRODUÇÃO

Ao ingressar na Educação Infantil, espera-se que a criança desenvolva competências e habilidades específicas para cada momento. Contudo, a maior cobrança gira em torno da alfabetização. Pode-se dizer que esse processo está acontecendo cada vez mais cedo porque a família e a sociedade acreditam que, quanto mais estímulos e conhecimentos forem adquiridos na infância, melhor será o desenvolvimento desse

indivíduo ao longo da vida e, portanto, terá mais oportunidades de ingressar em uma faculdade renomada e garantir um futuro promissor.

Deposita-se na criança uma responsabilidade imensa que não lhe pertence. Etapas essenciais para o desenvolvimento integral do ser humano estão sendo ignoradas. Momentos de exploração corporal são substituídos por aulas nas quais as crianças são ouvintes e seus corpos devem ser contidos. Tudo isso em prol de um bem maior: a aprendizagem da leitura e da escrita.

Antes de aprender a escrever as letras e as sílabas em uma folha de caderno, a criança precisa desenvolver aspectos cognitivos, motores e emocionais. A primeira etapa da educação básica é o momento mais importante para o desenvolvimento desses aspectos, pois são promovidos por meio de brincadeiras dirigidas, momentos de exploração do corpo e do ambiente, contação e dramatização de histórias, jogos diversos, músicas. Teoricamente, são atividades voltadas para a Educação Infantil, mas que, na prática, não são consideradas prioridades no planejamento do professor, tornando essa etapa mais próxima dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Uma das questões que vem sendo discutida devido à preocupação precoce com a aprendizagem da leitura e da escrita é sobre a existência de um método que possa garantir que todos os alunos sejam alfabetizados. Assim, cada professor se apropria daquele conceito que considera o ideal para nortear suas práticas. E é justamente por confiar que seu trabalho se baseia em um método eficaz e eficiente que o professor acaba não diversificando seu repertório de materiais e atividades.

1. A ALFABETIZAÇÃO: SUA HISTÓRIA E ESPECIFICIDADES

Por ser uma das grandes responsabilidades da escola, a alfabetização é um dos temas mais questionados na atualidade, sobretudo pelos envolvidos com a Educação e suas práticas. Fato este influenciado também pelo histórico de dificuldades, reprovações e evasões registradas na Educação Brasileira e, em sua maioria, de instituições públicas.

Com relação à relevância do processo de alfabetização, Cagliari (1994, p. 10) explica que:

A alfabetização é, sem dúvida, o momento mais importante da formação escolar de uma pessoa, assim como a invenção da escrita foi o momento mais importante da História da humanidade, pois somente através dos registros escritos o saber acumulado pôde ser controlado pelos indivíduos.

É válido considerar também que nem sempre a educação foi acessível à todos. Muito pelo contrário, a educação (e conseqüentemente tudo o que a envolvia – sobretudo a alfabetização) foi por séculos detida pelas classes privilegiadas e seus inúmeros interesses. A escola pública no Brasil surge apenas no século XX com objetivos não necessariamente voltados a ascensão intelectual das camadas populares e sim em mãos de obra um pouco mais especializadas.

Teoricamente, a realidade atual do país é outra, apesar de um passado pensado num acesso educacional cheio de obstáculos para a maioria da população, o país possui legislações específicas de acesso e permanência na educação em suas várias modalidades.

Para discutirmos a questão dos métodos, faz-se necessário conhecer os que são difundidos na formação dos professores, para aprofundarmos o conhecimento e a discussão, a partir dos métodos apresentados a seguir.

1.1 LINHA DE PENSAMENTO TRADICIONAL

Atualmente, a alfabetização é um grande desafio para as escolas brasileiras, pois existem tantas linhas de pensamento e vários métodos acerca deste ensino que se torna difícil identificar qual a linha de trabalho presente em cada lugar. Para compreender melhor os métodos utilizados hoje, é necessário, primeiramente, entender a origem deles e qual a verdadeira intenção por trás de cada linha de pensamento que os norteiam.

Apropriar-se de um método significa empregar um procedimento ou um meio para a realização de algo, seguindo um planejamento.

Os métodos para alfabetizar são facilmente confundidos com as linhas de pensamento que os validam. Procura-se uma receita completa capaz de garantir que todos sejam alfabetizados, porém, ao esperar por isso, desconsideram-se pontos importantes desse processo, como o fato de que nem todas as crianças aprendem da mesma forma e nem ao mesmo tempo.

A necessidade de nacionalizar os livros didáticos surgiu no final do século XIX, fazendo-se necessário adequá-los a realidade atual. Inicialmente, a problematização da leitura tornou-se um importante indicador de eficiência das instituições quanto ao que havia sido prometido, ou seja, o ingresso ao mundo da cultura letrada. (MORTATTI, 2000)

A utilização da cartilha surgiu como um método de alfabetização que ensinava todo esse processo por partes, apresentando as famílias silábicas de modo que a leitura era realizada por meio da silabação. De acordo com Mortatti (2000), elas, inicialmente produzidas por professores fluminenses e paulistas, eram baseadas nos métodos de marcha sintética.

A alfabetização pelo método da cartilha seguia um ritmo pré-estabelecido em escalas de dificuldades, isolando os sons das sílabas e apresentado às famílias silábicas de acordo com sua complexidade para, posteriormente, realizar a leitura de palavras completas, que culminavam na leitura de frases.

Em relação à escrita, o objetivo fundamental é o reconhecimento e o desenho correto de cada letra. A repetição é o principal meio para desenvolver este aprendizado, utilizando, para isso, recursos como ditados e cópias, tanto de palavras quanto de pequenos textos.

De acordo com Mortatti (2000, p. 44),

Uma nova concepção de criança – de caráter psicológico – passa a embasar a discussão sobre o método de ensino da leitura (e da escrita). Empreendida por educadores, essa discussão prioriza as questões didáticas, ou seja, o como ensinar, com base na definição das habilidades visuais, auditivas e motoras do aprendiz.

Em meados de 1930, as cartilhas começaram a ter como base métodos variados, uma vez que a preocupação passou a ser a maturidade do aluno.

A partir de então, observa-se um movimento de institucionalização do método analítico, que se consolida com a publicação das Instruções práticas para o ensino da leitura pelo *methodo analytico* – modelos de lições, expedidas pela Directoria Geral da Instrução Publica do Estado de São Paulo, em 1915. Nesse documento passa-se a priorizar a *historieta* (conjunto de frases relacionadas entre si por meio de nexos lógicos), como núcleo de sentido e ponto de partida para o ensino da leitura, enfatizando-se as funções instrumentais desse ensino. (MORTATTI, 2000, p. 44)

Ao pensar em métodos e técnicas para alfabetizar, sempre surge a ideia de algum tipo de registro, levando-se em consideração de que é necessário ter algum material para nortear o trabalho. Esta acaba sendo a função das cartilhas, presentes em diversas instituições de ensino em formato de apostilas, preparadas e pensadas para cada faixa etária, com objetivos definidos para aquele período.

De acordo com a pesquisadora, em 1980, o pensamento era se realmente havia a necessidade de definir um único método para se alfabetizar e se ainda era, de fato, necessário o uso das cartilhas. Por isso, existiu um movimento fortíssimo para divulgação de novas teorias, que manteve a utilização e a funcionalidade das cartilhas

para reconhecer e promover as ideias “construtivistas” ou “socioconstrutivistas” ou “sociointeracionistas”. (MORTATTI, 2000, p. 47)

Atualmente, tal material permanece sendo usado por professores como ferramenta que defende a teoria que acredita ser a ideal para se alfabetizar. É, portanto, um material didático que norteia sua prática e indica cada etapa que deve ser seguida para a aquisição da leitura e da escrita.

Mortatti (2000, p. 49) ainda diz “ora, um dos principais aspectos da cultura que se constitui objeto de ensino na escola é precisamente a linguagem/língua, que nos precede, ultrapassa, institui e constitui como seres humanos e sujeitos sóciohistóricos [...]”.

O conceito de alfabetização abordado por cada método visa à leitura e a escrita de palavras, uma vez que o aluno passa a ser considerado alfabetizado no momento em que realiza a leitura e a escrita de palavras com sílabas simples e complexas, sendo também capaz de ler com fluência pequenos textos e frases que seguem padrões, de acordo com o grau de aprendizado e o conteúdo trabalhado. As aprendizagens da leitura e da escrita tornam-se, inclusive, ferramentas de interação e inclusão social.

Segundo Mortatti (2000, p. 49):

Como se observa nos exemplos de lições de cartilhas e cadernos de alunos apresentados no tópico anterior, na história da alfabetização em nosso país podem-se identificar certos conteúdos cognitivos e simbólicos – relacionados com aquelas concepções de alfabetização, leitura, escrita, texto e linguagem/língua –, que, selecionados, organizados, normalizados, rotinizados e didatizados, continuam constituindo objeto de transmissão deliberada, sobretudo mediante a utilização direta ou indireta da cartilha de alfabetização até os dias atuais, a despeito das normatizações oficiais contrárias e dos avanços da linguística contemporânea, especialmente na vertente da análise do discurso e da teoria da enunciação em que se fundamentam pensamentos contemporâneos sobre alfabetização [...]

Cabe ainda ressaltar que o movimento envolvendo tantas alternâncias nas metodologias teve início no século XIX. Até então, dava-se ênfase ao método chamado de soletração, em que o conhecimento das letras e seus nomes eram tidos como importante, na criação de palavras, frases e por fim, textos. No século posterior e até os anos 80, avançou-se aos chamados métodos fônicos e silábicos, comumente conhecidos como sintéticos, cujo objetivo era valorizar os sons e a formação de sílabas, principalmente com uso de cartilhas.

Em seguida, surgiram os métodos analíticos e neles o alfabetizando começou a ser visto como alguém dotado de um universo psicológico importante e que deveria ser

considerado, tornando a aprendizagem significativa, mas de forma um tanto rudimentar, já que sua base era compreender a palavra escrita, para só então valorizar sílabas e grafemas. Neste sentido, vias tidas como inovadoras foram apresentadas: o método da palavração, o método da sentencição e o método global, em que basicamente, a criança deveria ler palavras, frases e textos – unidades maiores, normalmente associando-as a imagens visuais para só depois dividi-las em sílabas menores.

Tantas orientações para se ensinar (mesmo que adotadas antes de resultados científicos serem apresentados por pesquisas) acabaram virando alvo de questões controversas da época, pois discutia-se qual a melhor forma de se alfabetizar. No entanto, mesmo que aparentemente diferentes, os métodos acima possuem objetivos e práticas semelhantes:

Palavras são intencionalmente selecionadas para servir à sua decomposição em sílabas e fonemas, sentenças e textos são artificialmente construídos, com rígido controle léxico e morfosintático, para servir à sua decomposição em palavras, sílabas e fonemas. (SOARES, 2016, p. 19)

1.2 LINHA DE PENSAMENTO CONSTRUTIVISTA

Não se pode falar em alfabetização e letramento sem citar Piaget e Emília Ferreiro. O movimento, a ascensão e maior visibilidade de Emília Ferreiro aconteceram após a publicação de seu livro, escrito em coautoria com Ana Teberosky, *Psicogênese Da Língua Escrita* (1985). A pensadora ofereceu muitas contribuições à educação, de modo que suas pesquisas levantaram discussões relacionadas ao pensamento de que “não são os livros que alfabetizam, nem os testes que auxiliam o processo de alfabetização, mas são as crianças que (re)constróem o conhecimento sobre a língua escrita, por meio de hipóteses que formulam.” (MELLO, 2007, p.88).

Tal autora foi grande influenciadora na educação brasileira, sendo que suas obras deram subsídios e foram usadas para projetos e propostas governamentais, já que apresentavam o desenvolvimento dos processos de aprendizagem das crianças, à exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) criados em 1997.

Pode-se dizer que Emília Ferreiro sempre buscou analisar a criança como um ser histórico e social, o que a fez ter um olhar mais atento e cuidadoso para o modo que ela aprende e se desenvolve. Além disso, tal pesquisadora compreendia que cada criança era única e, por isso, possuíam conhecimentos, raciocínios e dificuldades diferentes.

Porém, essas particularidades não eram consideradas pela maioria das pessoas, como explicita o trecho abaixo:

Quando a escola foi criada, também havia muita diversidade, mas foi uma diversidade negada. Todas as crianças deviam ter os mesmos direitos, aprender as mesmas coisas da mesma maneira e falar a mesma língua. Quando se estabelece isso, a missão da escola é formar esse cidadão ideal, que deve saber certas coisas e falar de certa maneira. Hoje, a comunicação entre as diversidades, as possibilidades de encontro se multiplicaram exponencialmente. Não havia tanto encontro de diversidades antes. Exceto em alguns lugares. Então, historicamente, a escola não foi criada para respeitar a diferença.

Assim, o construtivismo visa dar autonomia e desmetodizar a educação, visto que uma de suas maiores características é a reconstrução, a reinvenção do que se estudou. Ainda segundo Ferreiro: “O processo de alfabetização nada tem de mecânico do ponto de vista da criança que aprende. A criança constrói seu sistema interativo, pensa, raciocina e inventa buscando compreender esse objeto social complexo que é a escrita”.

As escolas que seguem a linha de pensamento construtivista priorizam salas de aula com poucos alunos, de modo que o professor consiga acompanhar a evolução deles e realizando as devidas intervenções sempre que necessário. Estas instituições buscam também motivar os alunos a desenvolver suas atividades com máximo empenho e mostrando toda a sua capacidade.

Fazem parte dessa rotina escolar rodas de conversa, a fim de explorar as opiniões e ideias das turmas. O professor que ampara suas aulas no pensamento construtivista assume o papel de mediador, deixando de ser detentor do conhecimento para se apropriar de uma postura mais dialética.

Portanto, as pesquisas mostraram que a linha construtivista trouxe como um dos seus principais objetivos tornarem o aluno protagonista de seu processo de aprendizagem, dando voz, significado e validando sua marcha durante este trajeto.

Dados os principais métodos de alfabetização conhecidos, passamos a discutir como esses processos são aplicados na educação das crianças e como a escola tende a antecipar importantes etapas do desenvolvimento infantil em prol de uma alfabetização dita eficaz.

2. ANTECIPAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR

Aprender a ler e escrever são objetivos muito claros para os pais da sociedade atual, visto que o mundo evolui a cada dia, e quanto mais habilidades a criança

desenvolver, mais bem-sucedida será na vida adulta. Contudo, surge o questionamento se realmente essa criança está preparada para a responsabilidade de definir seu futuro aos cinco anos de idade. Cabe ainda refletir se ela, juntamente com as competências acadêmicas, desenvolverá habilidades sociais para lidar com as atribuições da vida adulta.

Atualmente, principalmente nas escolas particulares, a prática da alfabetização precoce tem crescido muito. Isto vem se tornando comum por ser a maneira encontrada para atender a ânsia dos pais e, também, para divulgar e valorizar a imagem da escola.

De acordo com Oliveira (2000, p. 25),

Em 2011, a Revista Educação e Pesquisa dedicou uma edição 4 ao processo de implantação do ensino fundamental de nove anos no Brasil, e, mesmo decorridos dez anos da publicação da Lei 11.274, de 2006, a questão da data de corte para matrícula no 1º ano do ensino fundamental ainda não foi resolvida de forma abrangente para todo o país. Esta questão constituiu-se alvo de ações no judiciário, notícias na mídia, manifestação de sindicatos particulares e discussões no meio educacional. Tornou-se um assunto polêmico e suscitou debates acalorados pelo país, revelando a atualidade e a importância social dessa discussão.

Tal autor ressalta ainda que essa questão da idade de corte ainda será alvo de muitos debates por ser bastante delicada, porque se faz necessário considerar e valorizar a infância, e não se preocupar somente com a aquisição precoce de competências e habilidades.

Se for comparada a criança de 30 anos atrás com a que vive no mundo atual, podem-se perceber as mudanças na caracterização da infância. Se por um lado o bebê demorava a aprender novas habilidades, com o passar dos anos, ele seria capaz de desenvolver habilidades cognitivas sociais e ainda emocionais, porque eram criados para enfrentar as adversidades. Em contrapartida, a criança de hoje começa a apreender mais cedo por ser mais estimulada na primeira infância, entretanto encontram dificuldades em outros aspectos da vida, como as de cunho emocional e social.

Conforme destacado por Oliveira (2015, p. 64) e citado Luna (2000, p. 37) “a solução de grandes problemas – nas ciências exatas como nas humanas – se dá como trabalho de criação coletiva, em um espaço de tempo que ultrapassa em muito aquele de um projeto individual de pesquisa”.

De acordo com Oliveira (2015, apud PLAINSANCE, 2004), para entender a escolarização é necessário compreender fatores sociais, como a configuração de família, a independência feminina e a região habitada.

Oliveira (2015, apud. HEYWOOD, 2004) ainda diz que em estudos a partir do período do renascimento com o filósofo inglês John Locke, a educação é pensada como método que é capaz de talhar as pessoas tornando-as melhores ou piores. No entanto, estudos científicos entre os séculos XIX e XX indagam o indivíduo no ato de seu nascimento como uma folha em branco, mas à medida que as pesquisas genéticas foram avançando, afirmou-se que a inteligência era genética. Afirmou-se também que “as crianças deveriam ser educadas segundo aquilo que herdassem e, mais tarde, direcionadas a trabalhos adequados à sua biologia” (OLIVEIRA, 2015, p.64 apud HEYWOOD, 2004)

De acordo com o mesmo autor, na obra “Didática Magna”, Jan Amos Komenský, mais conhecido como Comenius, bispo protestante da Igreja Moraviana, educador, cientista e escritor checo, determina que a infância seja uma etapa inevitável pelas quais todos devem passar para alcançar a plenitude humana. Além disso, ele considera que a idade temporal não é o dado mais relevante, pois o final de cada fase ocorre de modo natural, de acordo com seu próprio aprendizado.

A autora ressalta que “a criança deixa de ser um adulto pequeno e a infância torna-se parte inalienável da natureza humana, e a idade aparece de modo articulado com os períodos da vida. A criança é importante em si mesma e deve ser valorizada em sua individualidade” (OLIVEIRA, 2015, p.65, apud NARODOWSKI, 1993, p. 33).

Desse modo, é possível perceber que a criança de 6 anos, por mais estímulos a que esteja exposta, ainda sim precisa ter as fases da infância respeitadas. Criança precisa ser criança, precisa brincar e socializar. Pular etapas do desenvolvimento é bastante prejudicial, pois, apesar de favorecer o desenvolvimento cognitivo, acaba deixando de lado as experiências sociais e, assim, o desenvolvimento torna-se incompleto. A criança carregará em sua vida adulta uma defasagem social.

De acordo com OLIVEIRA (2015), o estudioso Bernard Charlot, sociólogo francês, em “A Mistificação Pedagógica”, destaca a concepção de pedagogia não-ideológica, com base na formação social da educação. Bem como na linha de pensamento tradicional na nova linha de pensamento constitui a criança não só como capaz de absorver o currículo, mas na caracterização de infância como precursor do desenvolvimento social.

Ambas mascaram a significação social da educação e são intimamente dependentes do fato de se constituírem a partir de uma visão da criança baseada em uma concepção de natureza infantil, e não a partir de uma análise da condição infantil, ou

seja, não são levadas em consideração pelo pensamento pedagógico as desigualdades sociais reais entre crianças. (OLIVEIRA, 2015 p. 66 apud KRAMER; HORTA, 1982; KRAMER, 2007)

Nas escolas atuais, é possível perceber quantas crianças são inseridas no Ensino Fundamental com muitas ressalvas, sendo que grande parte delas fazem acompanhamentos diversos com psicólogos, psicomotricistas, fonoaudiólogos etc. São condições cada vez mais frequentes nas instituições, pois a criança está passando pela infância sem de fato viver essa infância. Um exemplo bastante simples é a falta de consciência fonológica, que é um diagnóstico comum. Mas o que causa a falta de consciência fonológica e mais, o que é a consciência fonológica? E a resposta é muito simples: a consciência fonológica é o reconhecimento dos sons da nossa língua nativa, é compreender e ponderar sobre a aplicação desses sons. Para desenvolver a consciência fonológica, é possível trabalhar rimas e brincadeiras que estimulam a audição e a atenção. Parlendas, cantigas, pega-pega e esconde-esconde parecem brincadeiras sem finalidade educativa, contudo são justamente elas que estão assegurando o desenvolvimento social afetivo e cognitivo da criança.

Quando se pensou na educação de nove anos, no alfabetizar mais cedo, deixou-se de lado uma série de fatores importantes sobre o desenvolvimento infantil, pois muitos professores têm consciência da importância do brincar para a criança, porém ele também precisa ser capaz de aplicar e desenvolver todos os objetivos propostos nos currículo e planejamento, o que acaba gerando uma sobrecarga educacional.

Portanto, deve-se pensar com mais cuidado nessa criança que está inserida em um ambiente em que existem divergências de pensamentos. A escola deve priorizar a criança e valorizar os aspectos que são realmente necessários para a sua formação integral, respeitando cada fase de seu desenvolvimento.

Oliveira (2000, p. 66 Apud ARROYO, 1994, p. 91) diz que a infância foi objeto de estudo, pois se levava em consideração principalmente a posição social do indivíduo, pois nesse contexto a criança era preparada para se dedicar ao trabalho, então a educação apenas complementava a sua formação como trabalhador.

Ainda complementa que:

Caminhamos em direção a uma concepção de infância que não tinha sentido em si mesma, sendo sempre uma preparação para alguma coisa: preparação das crianças pobres para o trabalho, “porque aprendendo a trabalhar amará o trabalho quando adulto”, e preparação para a cidadania. Outra concepção muito frequente nos projetos pedagógicos das escolas: “a criança enquanto sujeito de domínio de atividades letradas”. Assim, “entre os cinco/ seis anos de idade a criança já tem que

estar pré - escolada, já tem que dominar, se possível, habilidades de leitura e de escrita”, porque assim evitamos o fracasso no primeiro ano do ensino fundamental. (OLIVEIRA, 2015 p. 66 apud ARROYO, 1994 p.91)

Oliveira (2015, p. 66) ressalta que Arroyo (1994) não se manifesta em prol da abolição da pré-escola, mas sim que o período da educação infantil seja um período voltado ao desenvolvimento da criança tanto no aspecto cognitivo como no âmbito social e emocional, defende um espaço onde a criança possa de fato viver a infância antes de ingressar no ensino fundamental.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou, desde o início, apresentar conceitos e argumentos que fossem capazes de oferecer uma resposta certa e definitiva sobre a existência do melhor método ou do melhor caminho para se alfabetizar, de modo que o professor pudesse utilizá-lo para nortear e aprimorar sua prática pedagógica, promovendo com facilidade e eficiência a aprendizagem da leitura e da escrita pelos seus alunos.

Com base em estudos e pesquisas realizadas por diversos autores preocupados com a Educação Infantil, percebeu-se que a aquisição inicial da língua escrita não é uma via de mão única, muito pelo contrário, trata-se de um longo caminho que deve ser iniciado ainda na primeira infância, com inúmeras opções de trajetórias e que necessita de um planejamento sólido, estruturado, sem amarras ou verdades absolutas, visto que no processo estão reunidas questões conceituais, humanas e subjetivas.

Conforme observou-se, o histórico dos métodos na educação brasileira geralmente considerava ideal orientar-se por uma única linha de pensamento. Prova disto é o fato de que, quando o construtivismo foi divulgado no país, passou-se a abandonar o método chamado de tradicional, como se uma ideia simplesmente anulasse a outra, não podendo ser usadas em conjunto, uma complementando a outra, ou como amparo pedagógico caso o meio escolar solicitasse.

Foi possível constatar ainda que, durante o processo de alfabetização, os métodos não são os fins, e sim parte dos meios. Isto porque outros aspectos além da metodologia devem ser considerados, de modo a enxergar o aprendiz integralmente, como alguém dotado de aspectos cognitivos, afetivos, motores, acompanhados de contexto cultural, personalidade, conhecimentos prévios e outros.

Pelo fator acima mencionado, o cérebro, por exemplo, ganhou grande visibilidade com a neurociência, que demonstra a impressionante movimentação que este órgão faz durante o processo de aquisição de conhecimentos. Compreendeu-se também que os primeiros anos de vida do sujeito são os mais importantes para a construção de redes neuronais fortes capazes de formar memórias de longo prazo, essenciais para a aprendizagem da leitura e da escrita. Sendo assim, a Educação Infantil deve-se encarregar de proporcionar os mais variados tipos de estímulos para as crianças, isto por meio de jogos, brincadeiras, contação de histórias, momentos com música, dinâmicas em grupo, atividades livres e dirigidas.

Portanto, pode-se dizer que a aprendizagem da leitura e da escrita não se resume aos métodos que são utilizados pelos professores, pois é um processo que envolve diversos aspectos, como motor, afetivo e cognitivo. Assim, para aqueles que de fato estão preocupados em realizar uma prática de alfabetização significativa, é preciso ter um olhar para além dos métodos na Educação Infantil, a fim de que as ações educativas atendam os reais objetivos da leitura e da escrita, bem como suas influências sociais em cada fase da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNUNCIATO, Pedro. Aprendizagem por dentro. **Rev. Nova Escola**, São Paulo, ano 32, n. 310, Mar/2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. 518p. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 1994.

CARVALHO, Sheilla; HENNEMANN, Ana Lúcia. **Memória e Aprendizagem**. 2012.

FERREIRO, Emília. **Rev. Nova Escola**. In: Leitura e Escrita na Educação Infantil. Publicado em 18 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0YY7D5p97w4/>>.

_____. **Rev. Nova Escola**. In: Cisão Entre Alfabetização E Letramento. Publicado em 25 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WF5S9Ic4nmY/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. - 56ª ed.- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf>.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. O pensamento de Emilia Ferreiro sobre alfabetização. **Rev. Moçambros**: acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, São Paulo, ano 1, n. 2, 2007.

MIETTO, Vera Lucia de Siqueira. **A Importância da Neurociência na Educação**. 2012.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **O processo de alfabetização e as contribuições de Emilia Ferreiro**. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/5041/3838>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: Um pacto secular. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 52, nov/2000.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade**: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Sueli Machado Pereira. **A criança de cinco anos no Ensino Fundamental de nove anos**: percepção de pais, diretores e juízes. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROSA, Ludmila Rodrigues. **Compreendendo a psicomotricidade e suas interfaces na Educação Infantil**, 2015.

SOARES, Magda Becker; Antônio Augusto Gomes Batista. **Alfabetização e letramento**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. - 3. edição.; 4. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. **Alfabetização**: a questão dos métodos. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA-LIMA, Elvira. **Neurociência e alfabetização**. Coleção Cotidiano na Sala de Aula. 1. ed. São Paulo: Inter Alia Comunicação e Cultura, 2010a. 32p.